DALLAIRE INSTITUTE CHILDREN PEACE SECURITY | DALHOUSIE UNIVERSITY

In partnership with Canada



2026

RESUMO DE ADVOCACIA

Promover o Papel das Crianças nos Processos de Paz e os Princípios de Vancouver

Recomendações-chave para mediadores e decisores políticos

RESUMO EXECUTIVO

Estima-se que 520 milhões de crianças vivam em áreas afectadas por conflitos armados[1], mas as crianças continuam consistentemente sub-representadas nos processos de paz. Esta lacuna é evidente nos esforços para abordar o recrutamento e uso de rapazes e raparigas: a pesquisa mostra que, dos 252 acordos de paz entre 1990-2022 que mencionam crianças, apenas 77 acordos em 32 processos de paz abordam explicitamente esta questão[2]. Estas lacunas persistem apesar dos efeitos bem documentados que o conflito armado tem tanto em rapazes como em raparigas e do crescente reconhecimento dos seus papéis como agentes da paz. Para colmatar estas lacunas, é necessário ir além dos compromissos normativos em direção a orientações operacionais mais claras, maior adesão política e à adopção e contextualização consistente das ferramentas práticas existentes que permitem aos mediadores e decisores políticos integrar disposições de Protecção a criança e as perspectivas de crianças diversas nos processos de paz. Fazê-lo é essencial não só para proteger as crianças de violações graves como o recrutamento e uso, mas também para reconhecer e defender o protagonismo e autonomia das crianças.

Em Novembro de 2025, o Instituto Dallaire para Crianças, Paz e Segurança reuniu mediadores seniores, decisores políticos das Nações Unidas e da União Africana, organizações não-governamentais internacionais, representantes da sociedade civil e do meio académico, actores do sector de segurança e da defesa, e crianças (dois rapazes e duas raparigas) e jovens (três jovens mulheres e dois jovens homens). A conferência envolveu directamente mediadores e decisores políticos para aumentar o apoio político à inclusão de disposições de proteção a criança e das perspectivas das crianças nos processos de paz, enquanto reforçavam a sua capacidade de envolver-se de forma significativa e segura com as crianças e operacionalizar o Princípio de Vancouver #14. Proporcionou também uma plataforma para partilhar experiências prácticas e lições aprendidas em toda a África subsaariana, destacar o valor das vozes das crianças e jovens, e explorar como os diversos intervenientes podem promover os papéis das crianças e as disposições de protecção a criança nos processos de paz.

Este resumo de advocacia apresenta as principais conclusões da conferência, incluindo as ideias apresentadas pelas próprias crianças e jovens, bem como recomendações prácticas para decisores políticos e mediadores para reforçar a integração das disposições de proteção a criança e das perspectivas das crianças em todas as fases dos processos de paz.

[1] *Salvem as crianças. Parar a Guerra às Crianças: Segurança para quem? 2025*
[2] *Molloy, S. (2023). Crianças-soldado e acordos de paz. PeaceRep: A Plataforma de Evidências para a Paz e Resolução de Conflitos.*

PRINCIPAIS

> *A inclusão da criança é um processo. Requer paciência, escuta e criar espaços seguros onde as crianças se sintam confortáveis para se expressarem. Os adultos devem apoiar as crianças em vez de falar por eles."*
>
> Meshack (rapaz, 14 anos)

- A inclusão não se alcança simplesmente com crianças presentes à mesa de negociações. Requer intencionalidade e a criação de espaços seguros, acessíveis e adequados para as crianças, onde raparigas e rapazes (especialmente aqueles que enfrentam formas intercruzadas de marginalização) sejam apoiados para participar de forma significativa. Os decisores devem não só ouvir as crianças, mas também valorizar e agir activamente com base nas suas perspectivas. As crianças e os jovens devem ser reconhecidos como detentores de direitos e parceiros de confiança nos processos de paz, e não como representantes simbólicos ou simbólicos.

- Devido ao preconceito relacionado com a idade, as crianças são frequentemente tratadas de forma simbólica, enquanto os jovens são mais frequentemente politizados como "causadores de problemas" e excluídos dos processos de paz. Estas formas distintas de marginalização exigem diferentes limiares de protecção para enfrentar os riscos específicos enfrentados por crianças e jovens.

- As crianças não são um grupo homogéneo, mas os processos de paz frequentemente as tratam como uma única categoria ou envolvem-nas apenas de forma estreita através de uma lente de protecção. As experiências de rapazes e raparigas e as suas prioridades para a paz variam significativamente consoante a idade, deficiência, estatuto de deslocação, contexto socioeconómico e exposição directa à violência, incluindo recrutamento e uso.

- Embora a União Africana tenha estabelecido directrizes de mediação[3], estas ainda não abordam adequadamente ou sistematicamente os direitos, riscos e necessidades de participação distintas das crianças, incluindo raparigas, rapazes e grupos marginalizados de crianças. Em particular, é dada pouca atenção aos impactos de género e interseccionais do conflicto nas crianças, incluindo como a idade, a deficiência, o deslocamento e a exclusão social moldam as experiências e o acesso das crianças à protecção e à voz.

[3] *União Africana. (2014). Manual de Apoio à Mediação da UA. Departamento de Paz e Segurança da União Africana.*

PRINCIPAIS
Continuação

- Embora as Nações Unidas tenham desenvolvido orientações práticas para mediadores protegerem crianças em situações de conflicto armado[4], a sua aplicação continua inconsistente por parte daqueles que lideram e apoiam processos de paz. Colmatar esta lacuna requer um envolvimento sustentado, uma vontade política mais forte, um maior investimento na formação e adaptação contextual destas ferramentas, e a inclusão sistemática das perspectivas das crianças. Estes esforços devem ser acompanhados pelo reforço de quadros normativos, como os Princípios de Vancouver sobre Manutenção da Paz e a Prevenção do Recrutamento e Uso de Crianças-Soldado, para garantir que os processos de paz respondam às realidades, direitos e necessidades das crianças afectadas por conflitos.

- Não existe uma orientação operacional clara sobre o momento e os pontos de entrada para trazer as perspectivas das crianças e as suas vozes nos processos de paz, incluindo antes, durante e depois das fases de negociação.

- Embora os Estados-Membros possam comprometer-se a incluir disposições de proteção a criança nos acordos de paz, a responsabilidade de garantir o cumprimento é frequentemente incerta. Quadros fracos de monitoria, reforma inadequada do sector de defesa e segurança, recursos insuficientes, inclusão limitada de jovens e crianças que foram anteriormente recrutados e usados por forças armadas ou grupos armados, e mecanismos de responsabilização fracos fazem com que os compromissos de inclusão frequentemente se deteriorem após a assinatura dos acordos, levantando a questão de quem responsabiliza os Estados-Membros quando estas obrigações não são cumpridas.

> *"A paz não é herdada; é co-criada. Ao investir hoje na participação dos jovens, estamos a investir num futuro construído sobre empatia, igualdade e responsabilidade partilhada. Ao confiar nas crianças e jovens como construtores activos da paz, garantimos que os acordos que celebramos hoje perdurem por gerações futuras."*
>
> Declaração Colectiva do Conselho Consultivo Juvenil do Instituto Dallaire

[4] *Gabinete do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados. (2020). Orientação prática para mediadores na proteção das crianças em situações de conflito armado. Nações Unidas.*

RECOMENDAÇÕES

PARTICIPAÇÃO NO TERRENO EM PRINCÍPIOS E NORMAS CLARAS

- Estabelecer padrões mínimos para a participação da criança sensível ao género nos processos de paz, enfatizando a confidencialidade, segurança psicológica, respeito e participação adequada ao desenvolvimento.

- Definir faixas etárias para jovens e crianças a nível global para evitar confusão, responder a riscos distintos enfrentados por jovens e crianças, e evitar o desrespeito pelas vozes das crianças. Devem existir percursos separados de participação para jovens e crianças, com pontes intencionais entre eles.

- Garantir que mediadores e decisores políticos centrem de forma significativa as experiências vividas, prioridades e protagonismo de raparigas e rapazes nos processos de paz, valorizando o conhecimento local e a liderança liderada pela criança, abordando activamente as dinâmicas de poder de género e interseccionais, e criando mecanismos seguros e acessíveis para a participação. Deve ser dada especial atenção às vozes das crianças marginalizadas – incluindo crianças refugiadas e deslocadas internamente, crianças com deficiência e outros grupos excluídos – para garantir que as suas perspectivas informem decisões-chave de forma segura e significativa.

> "Se as crianças podem fazer parte da guerra, podem fazer parte da paz."
>
> Dr. Juan-Diaz Prinz
> Conselheiro Sénior, Fundação Berghof

PARTICIPAÇÃO NO DESIGN COMO PROTECÇÃO, INFORMADA PELO RISCO E PELO CONTEXTO

- Realizar avaliações de risco e necessidades antes de desenhar intervenções, reconhecendo que uma participação significativa, quando feita de forma segura, pode ser uma forma de protecção.

- Avançar para uma participação formal, estruturada e sustentada das crianças em todas as fases dos processos de paz, em vez de um envolvimento ad hoc ou simbólico.

- Desenvolva orientações claras sobre o momento e os pontos de entrada para trazer as perspectivas das crianças para a mediação e os processos de paz.

> "Excluir crianças dos processos de paz torna o processo incompleto. As crianças não são apenas vítimas; são também actores da paz."
>
> Juliet (rapariga, 17 anos)

RECOMENDAÇÕES

EXPANDIR CAMINHOS SEGUROS E CRIATIVOS PARA ACEDER E AMPLIFICAR AS VOZES DAS CRIANÇAS

- Desenvolver métodos seguros, éticos e criativos para incluir as perspectivas das crianças de forma que vão além da mesa de negociações, como consultar escolas e grupos comunitários; aproveitar as redes sociais para ajudar as crianças a falar directamente com mediadores e decisores; envolver intermediários de confiança (por exemplo, professores, psicólogos, líderes comunitários); e formar coligações para amplificar as vozes das crianças.

- Garantir que todos os espaços de participação sejam sensíveis ao género, psicologicamente seguros, inclusivos, confidenciais, voluntários, de apoio e adequados às idades, fases de desenvolvimento e experiências individuais das crianças.

REFORÇAR AS FERRAMENTAS, A ORIENTAÇÃO E A CAPACIDADE DOS MEDIADORES E DECISORES POLÍTICOS

- Desenvolver e ministrar formação para mediadores sobre quadros legais de protecção a criança, incluindo os Princípios de Vancouver sobre Manutenção da Paz e a Prevenção do Recrutamento e Uso de Crianças-Soldado, mediação informada sobre trauma, uso de materiais adequados para crianças e aplicação de princípios de protecção a criança ao longo dos processos de design, implementação e políticas.

- Identificar métodos práticos para implementar ferramentas existentes, incluindo torná-las mais acessíveis, desenhar formatos inovadores e enfatizar intervenções locais baseadas na cultura e no contexto.

- Considere usos seguros, éticos e práticos da inteligência artificial (IA) na mediação, com salvaguardas para proteger os dados, a privacidade e o bem-estar das crianças.

> *"Quando as crianças têm uma plataforma, podem contribuir significativamente para processos de paz. Não devemos subestimar crianças só por causa da idade."*
>
> Abigail (rapariga, 12 anos)

MELHORAR A COORDENAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO LOCAL

- Mapeie as estruturas de mediação existentes nas comunidades para identificar pontos de entrada para abordagens sensíveis e inclusivas à criança.

- Fortalecer a colaboração entre mediadores e outros intervenientes, incluindo actores do sector de segurança e da defesa, forças-tarefa nacionais, agências da ONU, atores governamentais e líderes locais.

- Envolver e aproveitar redes locais (por exemplo, líderes comunitários, grupos e iniciativas lideradas por jovens) para apoiar a implementação e a sustentabilidade.

RECOMENDAÇÕES

FORTALECER A RESPONSABILIZAÇÃO, A APRENDIZAGEM E OS RECURSOS

- Use uma linguagem concreta em compromissos centrados na criança e nas disposições de protecção da criança, evitando redações ambíguas.

- Fortalecer as abordagens para avaliar o impacto da mediação inclusiva ou centrada na criança, incluindo tanto os resultados de protecção como a influência nos processos de paz.

- Incentive os doadores a investir em processos de paz centrados na criança, incluindo considerar a inclusão significativa das crianças como condição para o financiamento.

- Identificar defensores de destaque e construir coligações de aliados para priorizar a participação das crianças e as disposições de proteção a criança como requisitos altamente visíveis nos processos de mediação e paz.

> "Quando há guerra, todos são afectados e, se as crianças podem fazer parte da guerra, porque é que não podem fazer parte do processo de construção da paz?"
>
> Leshan (rapaz, 13 anos)

RECURSOS CHAVE

1. Princípios de Vancouver sobre Manutenção da Paz e a Prevenção do Recrutamento e Utilização de Crianças Soldados Orientação para a Implementação, ver Princípio 14 de Vancouver sobre Processos de Paz
2. Manual de Apoio à Mediação da União Africana, União Africana e ACCORD
3. Orientação Prática para Mediadores na Proteção das Crianças em Situações de Conflito Armado, Gabinete do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflito Armado
4. Sean Mollo y (2023) "Crianças Soldados e Paz Agreements" Evidência de Paz e Resolução de Conflitos Plano
5. Parar a Guerra às Crianças: Garantir a Segurança para Quem? (2025), Save the Children International



Instituto Dallaire para Crianças, Paz e Segurança, 2026

www.dalllaireinstitute.org